



GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: ANÁLISE DE PLANOS DE AÇÃO DE PROFESSOR@S EM FORMAÇÃO CONTINUADA NA PARAÍBA.

Maria Eulina Pessoa de Carvalho¹

O Curso “Gênero e Diversidade na Escola” (GDE) é a mais importante iniciativa de formação docente sobre a problemática das relações de desigualdade de gênero, articuladas às questões de sexualidade, orientação sexual e raça/etnia, por ter alcance amplo e nacional, sendo oferecido na modalidade à distância através do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) por várias universidades federais. É fruto de uma iniciativa conjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR/PR), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) e do Conselho Britânico. Integra a Rede de Educação para a Diversidade (RED) e responde às recentes políticas de inclusão de gênero, orientação sexual e raça/etnia na formação docente, expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) – Temas Transversais Orientação Sexual e Pluralidade Cultural, de 1998; no Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001; nos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres I e II (PNPM), de 2004 e 2008; no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), de 2003; nas Leis nº 10.639, de 2003, e nº 11.645, de 2008, que incluem no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; e o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), de 2009, entre outros documentos legais e de políticas públicas.

O Curso GDE tem quatro módulos – Diversidade, Gênero, Sexualidade e Orientação Sexual, e Raça e Etnia – e conta com excelente material didático elaborado pelo CLAM/IMS/UERJ (CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS, 2009), em que as relações de gênero, as relações étnico-raciais e a diversidade sexual (e as problemáticas do androcentrismo, sexismo e misoginia; do heterossexismo e homofobia; e do racismo²) são tratadas

¹ Professora do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM). E-mail: mepcarv@terra.com.br.

² Todos esses termos se referem a relações de poder: de gênero, de sexo, de orientação sexual e de raça/etnia. Androcentrismo refere-se à centralidade de normas e valores masculinos, que ao se tornarem “a medida de todas as coisas” (BOURDIEU, 1999), estabelecem a insuficiência ou deficiência de outros valores e das aparências, experiências e desempenhos de outros sujeitos, que não se enquadram na norma masculina ou no modelo de masculinidade hegemônica (CONNELL, 2005). Sexismo é discriminação de sexo, referindo-se à hierarquia entre homem e mulher que estabelece a superioridade e o privilégio do homem. Misoginia denota aversão aos atributos de feminilidade e à mulher. Heterossexismo é discriminação de orientação sexual, referindo-se à hierarquia entre heterossexualidade e homossexualidade que estabelece a primeira como natural e correta e a segunda como anormal. Homofobia (assim como lesbofobia e transfobia) denota aversão e hostilidade a pessoas que não se enquadram na norma heterossexual.



conjuntamente e articuladamente. Destinado a educadoras/es em exercício, tem carga-horária de 200 horas e dá certificado de curso de extensão para cursistas não-graduadas/os, ou de curso de aperfeiçoamento para cursistas graduadas/os.

O Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM), do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (CE/UFPB), ofereceu o Curso GDE no segundo semestre de 2009, em 12 municípios do estado da Paraíba, que contam com pólos da UFPB-Virtual. Atingiu-se um total de 520 matrículas efetivas (contabilizadas após as desistências de matriculadas/os que não chegaram a entrar no sistema), porém, ao longo dos cinco meses do curso, ocorreu evasão de 191 cursistas (em diferentes módulos), como é comum na modalidade EAD, de forma que foram aprovados 295 cursistas (descontados as/os reprovadas/os).

Neste texto, apresenta-se uma análise temática/documental dos planos de ação elaborados por cursistas do pólo de João Pessoa, que teve uma das turmas mais numerosas (85 matrículas efetivas), com 54 concluintes. O plano de ação era o trabalho final do curso e deveria apresentar propostas pedagógicas para lidar com problemas identificados e discutidos em cada módulo. Os problemas e ações pedagógicas foram classificados com referência a cada problemática ou relação de desigualdade específica: de gênero, de sexualidade/orientação sexual e de raça/etnia, atentando-se para a articulação ou entrelaçamento entre essas problemáticas específicas. Esperava-se que o plano propusesse ações transformadoras de preconceitos, discriminações e desigualdades de gênero, orientação sexual e raça/etnia nas relações escolares e nas práticas curriculares e pedagógicas.

Antes de relatar a análise dos problemas apontados e ações propostas pelas/os cursistas do GDE, apresentam-se uma breve caracterização das/os cursistas e uma apreciação geral dos planos.

Caracterização das/os cursistas

Das/os 54 cursistas que tiveram planos analisados, apenas 9 eram homens. A idade mínima era 22 anos, a idade máxima 54 anos; e 36% estavam na faixa 35-44 anos e 7% não informaram a idade. Declararam-se pardas/os 36%, brancas/os 33%, negras/os 10% e indígenas 2%. Quanto à formação, 36% tinham curso de graduação e 40% curso de especialização. Muitas/os (31%) não declararam a ocupação; 38% eram professoras/es, 7% pedagogas/os e 3% diretoras/es, 45% do total inseridas/os no sistema escolar municipal. Apenas 17% não informaram local de atuação profissional; 40% atuavam no ensino fundamental, 24% na educação infantil e 19% no ensino

Racismo é discriminação de raça; embora o termo 'raça' tenha sido contestado, continua sendo empregado para se referir à discriminação, violência e exclusão praticada contra as pessoas não-brancas nas relações sociais, sendo o corpo branco investido de poder simbólico. Ver Carvalho, Andrade e Junqueira (2009).



médio. Assim, consideramos que a maioria das/os cursistas eram professoras/es em exercício, já que esse era um dos requisitos para matrícula, embora as vagas tenham sido preenchidas também com educadoras/sociais.

Apreciação geral dos planos

Foi solicitado um plano enxuto, num quadro de uma página apenas, com problemas relativos a gênero, sexualidade e raça/etnia, e ações pedagógicas que poderiam contribuir para superar os problemas apontados. Todavia, 17 planos não apresentaram problemas específicos como ponto de partida: não tinham objetividade, eram genéricos, usavam linguagem vaga, apenas pretendiam “superar todas as formas de discriminação” ou “promover as boas relações na escola” e, para isso, apresentavam diversas propostas de ação. Cinco desses trabalhos finais eram inaproveitáveis, sem conteúdo pertinente, confusos; em lugar do plano no quadro solicitado, foram entregues várias páginas com colagem de trechos de textos acadêmicos.

Apenas 7 planos apresentaram problemas específicos relativos às três problemáticas: gênero, sexualidade/orientação sexual e raça/etnia. Os demais destacaram uma (20 planos) ou duas problemáticas (10 planos), dentre as três. Problemas relativos a gênero foram destacados por 24 cursistas, a sexualidade por 27 cursistas, e a racismo por 14 cursistas, seguindo a sequência dos módulos do curso.

Problemas de gênero

Quanto ao comportamento, desempenho e convivência de alunos e alunas foram mencionados os seguintes problemas: “segregação de meninos e meninas nas brincadeiras” (4 vezes); “bullying predominante entre meninos” (1 vez), bullying homofóbico (2 vezes) e também bullying misógino contra as meninas (2 vezes); “desinteresse na aprendizagem e problemas de comportamento dos meninos” (1 vez); “meninos são mais bagunceiros e menos organizados que as meninas” (1 vez); “o rendimento escolar em relação ao raciocínio lógico dos meninos é melhor que o das meninas” (1 vez). Esses problemas são sempre dos alunos e alunas, mais deles do que delas, mas não das/os profissionais da escola, exceto em um caso: “separação por sexo nas aulas de Educação Física”.

No campo da educação de jovens e adultos (EJA), a violência contra a mulher, inclusive doméstica foi apontada 5 vezes. O alcoolismo masculino foi mencionado uma vez. A dificuldade das alunas da EJA que são mães e “não têm onde deixarem os filhos para assistirem as aulas” foi



destacada em um plano de cursista-mulher. Em um dos planos destacou-se como problema o “desconhecimento dos direitos da mulher e da lei Maria da Penha entre servidores públicos”. Também foi apontado o problema da “desvalorização profissional da mulher”.

Problemas relativos à sexualidade e orientação sexual

A homofobia foi apontada em 11 planos como uma problemática não apenas relativa à sexualidade, mas também às relações de gênero. Preconceito homofóbico, bullying (“xingamentos e apelidos em relação à orientação sexual não-normal” – “viadinho”, “bicha”) e violência (agressões físicas) foram mencionados, sobretudo da parte de estudantes, mas também de professores. Em particular, um dos planos citou “homofobia por parte dos alunos evangélicos, sendo os gays vistos como pecadores pela igreja”, apontando conflitos entre alunos homossexuais e heterossexuais. Apenas um dos planos citou a “lesbofobia entre mulheres”. Um cursista atuando no serviço públicos citou como problema o desconhecimento da lei 7.309/2003, que proíbe discriminação em virtude de orientação sexual no estado da Paraíba, e da Portaria 041/2009, da Secretária do Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba, que estabelece o uso do nome social de travestis e transexuais.

Gravidez na adolescência foi citada como um problema 7 vezes. Além dessa menção específica apareceram ainda: “vida sexual precoce”, “iniciação da sexualidade dos adolescentes”, “desconhecimento e falta de informação específica sobre sexualidade”, “existência de tabus e mitos sobre sexualidade” e “desconhecimento do uso de preservativo, métodos de contraceptivos e de prevenção contra DSTs”, o que permite dizer que a vivência da sexualidade por adolescentes foi considerada problemática em 12 planos, destacando-se as “conseqüências para as meninas”, porém sem articulação com as relações de gênero.

Ainda no âmbito da sexualidade, abuso sexual (na família) foi mencionado duas vezes.

Problemas de racismo

O racismo foi tanto atribuído aos estudantes que cometem violência simbólica contra colegas – hostilidade, brincadeiras e piadas pejorativas, apelidos contra estudantes negros/as (5 vezes), quanto aos próprios estudantes negros/as (7 casos) – racismo internalizado por pessoas negras, com conseqüente dificuldade em assumir a identidade étnico-racial pela desvalorização da identidade negra e da “imagem do negro” (“as próprias crianças negras não se percebem e não se aceitam negras”).



Dois outros problemas mencionados foram: “extermínio da juventude negra” (contudo, a articulação com gênero não foi destacada, uma vez que são os rapazes as principais vítimas de assassinatos); e “dificuldade de inserção do jovem negro no mundo do trabalho”.

Ações propostas

Em geral, as ações propostas visam informar e conscientizar estudantes, famílias/pais e profissionais da escola sobre gravidez na adolescência e DST, diversidade sexual e homofobia, bem como racismo, através de palestras e debates com especialistas e integrantes de movimentos sociais – convidados de fora. Por exemplo, “palestras com profissionais na área de educação sexual e na área da saúde para esclarecer e conscientizar sobre assuntos relacionados ao corpo, possíveis doenças”; “discussão aberta entre alunos e profissionais de saúde e os pais”. A novidade é promover “palestras de integrantes do movimento LGBT”, ou seja, convidar representantes de movimentos sociais e não apenas profissionais de saúde, como médicos/as e psicólogos/as.

São propostas parcerias com órgãos públicos (Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Programa Estadual de Políticas para Mulheres, Programa de Saúde da Família, Fórum da Juventude, Delegacia Especializadas de Crimes Homofóbicos), privados, Ongs locais (movimentos de mulheres, negro, LGBT, grupos que trabalham com a temática de gênero, Ongs indígenas); por exemplo, trazer à escola uma Ong que realiza oficina teatral sobre o uso de preservativo e prevenção de DST.

Também são indicados cursos para profissionais da escola, pais e estudantes sobre diversidade sexual, sexualidade e saúde, conhecimento do corpo e prevenção das DST, gravidez na adolescência.

Entre os meios de informação, visando a conscientização da comunidade escolar, são frequentemente citados: jornal escolar, jornal mural, folheto informativo, panfletos, cartazes, folders, filmes/vídeos (Acorda Raimundo, Um sonho impossível, Amanda e Monik), blog, livros e cartilhas.

Para os estudantes, no dia a dia da escola, são propostos: diálogo e conversas informais, ou ainda “debates com os profissionais da escola” sobre preconceito, a indesejabilidade do uso de apelidos, “para levar o aluno a uma reflexão” (“se fosse com ele/a...”). Três planos propõem formar jovens multiplicadores (educação de pares).

Para as/os profissionais da escola são propostos: projetos interdisciplinares (dois planos apenas) e grupos de estudo sobre tema Orientação Sexual nos PCN e outros documentos, visando



problematizar situações reprodutoras das desigualdades de gênero e pensar coletivamente estratégias de enfrentamento das desigualdades ocorridas no ambiente escolar (dois grupos apenas).

Oficinas de sensibilização são indicadas, sobretudo, para o problema da violência contra a mulher e violência doméstica, como estratégia para envolver a comunidade e também para estudantes (para trabalhar a homofobia), com dinâmicas de grupo, jogos, brincadeiras, dramatizações, sociodramas, exercícios lúdicos e corporais, relaxamento, rodas de diálogo, relatos e troca de experiências (grupo de vivência), estudo/discussão de casos, novelas, programas de TV, produção de textos. Um dos planos, que trata da violência contra a mulher, propõe “grupos de partilha sobre experiências de violência doméstica, relatos de mulheres que reverteram o ciclo da violência doméstica, e discussão conceitual, reflexão, apresentação de dados estatísticos e leis”. Outros planos propõem divulgação de documentos legais (Lei Maria da Penha), conscientização de direitos, visitas às famílias e recurso a especialistas.

Para a valorização da cultura de matriz africana, da identidade, cor, cabelo e beleza negros são propostas várias atividades/oficinas para estudantes: música, dança, teatro, capoeira, culinária, artes de matriz africana, tranças afro, que poderão compor mostra cultural, além da tradicional Semana da Consciência Negra. São indicadas, ainda: “construção de árvore genealógica dos alunos”; “viagem a um quilombo”; “conhecer a lei 10.639/2003” e “mostrar histórias de pessoas negras bem sucedidas e que fizeram a diferença nesse mundo preconceituoso, assim como o atual presidente dos Estados Unidos”.

Observa-se que para erradicar o racismo são propostas atividades de valorização da cultura Afro-brasileira, com destaque para as artes. Para erradicar a homofobia e prevenir a gravidez na adolescência, principais problemas apontados no campo da sexualidade e orientação sexual, os planos enfatizam a informação, o recurso a especialistas e militantes de movimentos sociais e o envolvimento da família.

Num dos planos, que apontava o bullying mais freqüente entre meninos, uma educadora reconheceu que a escola atribui os problemas de comportamento às condições familiares: “manda pra casa e até acaba expulsando os alunos que brigam”. Noutro plano, que apontou o problema da “homofobia por parte dos professores e estudantes”, por exemplo, são propostas ações junto à família e não junto aos professores e alunos homofóbicos. Apenas um dos planos aponta a “omissão de educadores diante de atitudes discriminatórias”, referindo-se à prática de apelidos relativos à orientação homossexual.



Com relação à iniciação sexual (citada 2 vezes) e gravidez na adolescência (citada 7 vezes), todos os planos sugerem “um trabalho junto à família” e ações de informação em geral; apenas um sugeriu propostas integradas ao currículo escolar: “cada aluno criar um pintinho, entrevistas com adolescentes grávidas e criação de vídeo sobre cotidiano de adolescentes que são mães e pais”.

Em dois planos, as ações propostas para superar os problemas de gênero também focalizam a família dos estudantes. No primeiro caso, em que o problema é a “agressividade dos meninos em relação às meninas”, a ação proposta é “sensibilizar o grupo familiar”, já que o problema se origina na “convivência familiar”. Assim, a intenção, ou melhor, ambição, é “construir junto com os alunos um plano de ação que vá além da escola”, sem planejar intervenção pedagógica nas relações escolares cotidianas. No segundo caso, de “meninos [que] têm uma postura discriminatória com as meninas e contra meninos que têm comportamentos afeminados”, argumenta-se que:

As crianças apresentam esses tipos de comportamentos discriminatórios porque seus pais os ensinaram, os estimulam a essa prática. Não constitui um problema que não permita o desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos. No entanto, às vezes gera-se um mal-estar que alguns ficam, ainda que por pouco tempo, chateados. A preocupação é quanto ao interior daquele que se sente menosprezado. Será que eles não se sentirão inferiores e diferentes dos outros?

O fato de se afirmar que esse problema não atrapalha o desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos, justificando-se assim a omissão docente, indica que o problema está naturalizado e é subestimado em seus impactos na formação dos/as estudantes. A professora opta por ensinar um conteúdo curricular prescrito em detrimento de outro que funciona como currículo oculto, reforçando a misoginia e a homofobia. Neste plano, sugere-se, ainda que “a influência dos colegas é mais forte do que a orientação dos educadores da escola”, reforçando assim a necessidade da intervenção familiar: tanto da escola sobre a família, quanto da família sobre seus filhos para que mudem o comportamento na escola.

Quando os problemas são “segregação de meninos e meninas nas brincadeiras” e “separação por sexo nas aulas de Educação Física”, as ações sugeridas são: atividades mistas, brincadeiras integrando meninos e meninas, trabalhar com professores e alunos de Educação Física.

Quanto ao comportamento e desempenho de meninos e meninas na sala de aula, os meninos são mais desinteressados e indisciplinados (bagunceiros, desorganizados) segundo consta em dois planos, porém têm melhor desempenho em raciocínio lógico do que as meninas, segundo consta em outro plano.

As ações propostas para estimular o interesse na aprendizagem e melhorar o comportamento dos meninos, foram assim pontuadas:

Que estejam mais conscientes e que sejam capazes de melhorar nas avaliações, no comportamento, na organização e participação em sala de aula.



Os professores deverão estimular os alunos para uma competição sadia das melhores notas entre meninos e meninas para que haja um interesse maior da parte dos meninos.
Haverá uma reunião para os pais para que eles cobrem dos seus filhos melhor empenho tanto na aprendizagem como no comportamento diário.
Incentivar os meninos a mostrarem que têm capacidade de se destacarem na aprendizagem.
Solicitar que a família procure tratar os meninos de forma igual às meninas em casa.
Revisar várias vezes as atividades dando ênfase aos meninos para que eles possam obter confiança, e se entusiasmarem na hora de fazer as atividades.
Pontuar aqueles que se comportarem melhor.
Entender que tantas meninas e meninos têm seu potencial e ambos são capazes de tirarem notas iguais ou até maiores.

Estas preocupações e propostas de ação sugerem que os meninos não deveriam ter desempenho intelectual inferior às meninas e por isso são chamados a competir com elas, para se igualarem a elas e até superá-las. Cabe lembrar, porém, que a competição é um valor masculino e não visa à igualdade, portanto quem teria capacidade de tirar notas “até maiores”? Para melhorar o desempenho dos meninos, o plano indica que a família deve “cobrar” e a escola “pontuar” os esforços dos meninos. A solicitação para que “a família procure tratar os meninos de forma igual às meninas em casa” não é explicitada, mas supõe-se que seja em relação à cobrança do bom comportamento na escola e do estudo em casa.

Já as ações propostas para melhorar “o rendimento escolar em relação ao raciocínio lógico das meninas” sugerem que as meninas têm a mesma capacidade e podem se igualar aos meninos, e especificam atividades e materiais pedagógicos:

Demonstrar que o gênero feminino tem a mesma capacidade de raciocínio lógico que o gênero masculino.
Mostrar que o gênero feminino pode se igualar ao gênero masculino nas atividades que exijam raciocínio lógico.
Utilizar jogos e problemas com lógicas, revistas de Sudoku, palavras-cruzadas, cubos lógicos.

Neste caso, a proposta de ação é conducente ao empoderamento das meninas e à equidade. Constata-se, assim, que a própria escolha de problemas e de soluções pedagógicas revela as concepções de gênero e de ação pedagógica transformadora das relações de desigualdade, adotadas pelas educadoras e educadores.

Conclusão

A análise dos planos, destacando problemas e ações, aponta em primeiro lugar para o fraco aproveitamento das/os cursistas do GDE expresso na dificuldade de problematizar as práticas escolares e elaborar um plano de ação simples. Esse problema pode ter múltiplas causas. Uma delas poderia ser a falta de tempo para estudar, mesmo com a flexibilidade de um curso a distância, mediado por tecnologias da informação e comunicação, uma vez que muitas/os docentes da



educação básica trabalham três turnos em diferentes escolas, redes de ensino e municípios. Porém deve-se remeter o problema também à qualidade deficiente da educação básica, dos cursos superiores (de formação docente) e dos cursos de especialização, se lembrarmos que 36% das/os cursistas, cujos planos foram analisados, tinham curso de graduação e 40% curso de especialização! Na formação anterior, podem-se destacar lacunas no currículo de ciências naturais e sociais (desde o ensino fundamental e médio) e no desenvolvimento de competências cognitivas (discriminar, relacionar, seqüenciar, questionar, objetivar) e de elaboração escrita.

Nesse contexto, alguns problemas podem ser mais perceptíveis e compreensíveis do que outros. O problema do racismo foi menos priorizado nos planos do que os relativos às desigualdades de gênero e sexualidade/orientação sexual, apesar do módulo de Raça/Etnia ter sido o último estudado, imediatamente após a elaboração do trabalho final. Isso pode sugerir que o racismo pode ter sido mais assimilado como politicamente incorreto ou eticamente indesejável do que o sexismo e o heterossexismo em nossa cultura.

Observou-se também que dos 24 problemas de gênero priorizados, apenas 13 estão relacionados às práticas pedagógicas, referindo-se a comportamento, desempenho e convivência escolar, sendo, portanto, passíveis de ação direta das/os educadoras/es escolares. A atribuição dos problemas de gênero e sexualidade à família, expressa sobretudo em ações focalizando a família e ‘os pais’ em 11 planos, sugere falta de atenção às práticas e relações escolares, e ao trabalho pedagógico – bem como ao poder – da escola.

Destacam-se apenas dois planos de ação que atingiram o objetivo de relacionar problema e solução, expressando objetividade, coerência, viabilidade (no que se refere aos recursos escolares) e potencial eficácia. Para resolver o problema da violência no recreio, bullying homofóbico e racista, as ações propostas foram além de eventuais palestras de integrantes do movimento LGBT e viagem a um quilombo, o trabalho cotidiano com oficinas de capoeira e construção de bonecos e brinquedos, na hora do recreio (ao invés do recreio livre). Quanto ao problema das mães da EJA não terem onde deixar os filhos para assistirem as aulas, a solução proposta foi “criar uma sala para as mães deixarem as crianças durante as aulas”, possibilitando assim a continuidade dos estudos pelas mulheres-mães.

Bibliografia

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.



CARVALHO, M. E. P. de; ANDRADE, F. C. B. de; JUNQUEIRA, R. D. **Gênero e Diversidade Sexual**. Um Glossário. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2009.

CENTRO Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos – IMS/UERJ. **Gênero e Diversidade na Escola**. Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de Conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. 2. ed. Berkeley: University of California, 2005.